

Governo cria comissão para acompanhar ações de recuperação da Bacia do Rio Doce

Seg 25 abril

O governador [Fernando Pimentel](#) instituiu comissão para acompanhar e prestar suporte técnico ao Comitê Interfederativo que vai monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros voltados para a reparação da Bacia do Rio Doce e das comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, em novembro do ano passado.

A comissão, que será mantida até quando perdurarem as ações de recuperação, será formada por representantes de diversos órgãos e entidades do Governo de Minas Gerais, sob a coordenação da [Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana \(Sedru\)](#) e da [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável \(Semad\)](#).

A comissão vai auxiliar o trabalho do Comitê Interfederativo na validação dos programas socioeconômicos e socioambientais a serem executados, bem como na definição de prioridades e execução dos projetos. “Por incluir todas as áreas envolvidas na recuperação da região, a comissão terá condição de avaliar tecnicamente os planos de ação apresentados pela empresa e, se for o caso, sugerir alguma mudança na sua implementação”, explica o secretário da Sedru, Tadeu Martins Leite.

Segundo o secretário, a proposta é que os representantes de cada órgão ou entidade se reúnam com os membros do Comitê Interfederativo do Estado de Minas Gerais e participem das discussões nas Câmaras Técnicas, criadas em nível federal, para debater cada um dos programas propostos e assim contribuir na análise e avaliação das medidas, ações e projetos.

Também integram a comissão representantes da [Segov](#), [Seplag](#), [SES](#), [Sedese](#), [SEE](#), [SEC](#), [Sectes](#), [Seesp](#), [Sede](#), [Setur](#), [Seapa](#), [Setop](#), [Seda](#), [Sedpac](#), [AGE](#), [Cemig](#), [Copasa](#), [Indi](#) e Mesa de Diálogo e Negociação.

Comitê Interfederativo

O Comitê Interfederativo foi instalado neste mês, sendo formado por representantes da União, Minas Gerais, Espírito Santo e municípios atingidos pelo rompimento da barragem. O objetivo é estreitar o diálogo entre órgãos técnicos federais e estaduais na análise e aprovação dos projetos apresentados pelas mineradoras.

A proposta é que vários órgãos públicos trabalhem juntos no acompanhamento da implementação das ações socioambientais e socioeconômicas previstas no acordo assinado em 2 de março. Segundo o acordo, serão aplicados R\$ 20 bilhões, ao longo de 10 anos, em 39 programas de recuperação e compensação.

Os recursos serão aportados pela Mineradora Samarco e suas controladoras, em uma fundação privada, criada por elas, que terá um conselho consultivo, com a participação da sociedade civil e comunidades impactadas, mas a sua aplicação será fiscalizada pelo comitê.

